



# Relatório & Contas 2022



## Relatório & Contas 2022

Golden Wealth Management – SGPS, S.A.  
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto  
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514  
Capital Social 1.258.750 Euros

# Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Wealth Management – SGPS, S.A. (“Golden Wealth Management”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

# Índice



1

**Envolvente Económica**

2

**Governance**

3

**Atividade**

4

**Proposta de Aplicação de Resultados**

5

**Demonstrações Financeiras**

# Envolvente Económica

## **GUERRA E TENSÕES GEOPOLÍTICAS CRESCENTES**

O ano 2022 ficará, de forma incontornável, para sempre associado à invasão da Rússia à Ucrânia, na madrugada de 23 para 24 de fevereiro. Mais do que um conflito armado no leste europeu, a guerra transformou-se num combate pela democracia e colocou a questão da defesa nacional no centro político de vários países os EUA juntaram-se à Europa numa condenação conjunta do ataque, por via da adoção de pesadas sanções económicas (de forma a limitar a economia russa e a comprometer o financiamento do regime de Putin) e a NATO viu o seu papel e importância reforçados, sobretudo após Finlândia e Suécia, dois países historicamente neutros, terem demonstrado vontade de aderir à Aliança Atlântica.

Perante o apoio mundial à Ucrânia, não só em termos políticos, mas também financeiros e militares, a Rússia retaliou, limitando os fornecimentos de gás aos países da União Europeia, situação que se refletiu, quase de imediato, num disparo dos preços dos bens energéticos. Assim, com o gás em níveis máximos, os custos da eletricidade dispararam, o que colocou maior pressão nos preços e atirou a inflação para valores recorde: em outubro, a taxa de inflação superou, pela primeira vez na Zona Euro, os dois dígitos (10.2%) e atingiu o valor mais alto desde maio de 1992. Apesar de, desde então, a inflação ter recuado de forma sustentada, tanto na Europa, como nos EUA, a mesma permanece ainda em níveis historicamente altos, sendo de esperar que a mesma apenas em 2024 convirja para a meta de 2% de FED e BCE.

## **ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS CENTRAIS MUNDIAIS**

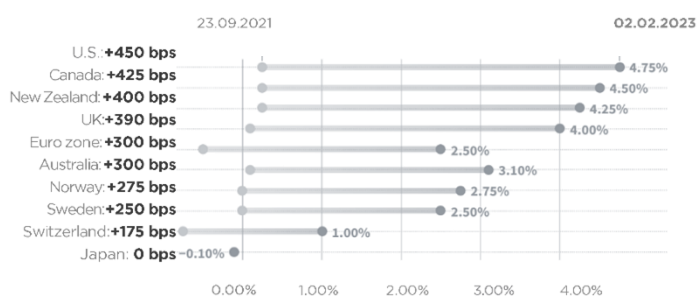
Ao longo de 2020 e 2021, anos marcados por uma crise pandémica mundial e um contexto económico extremamente desafiante, assistiu-se a massiva intervenção dos principais bancos centrais que, num esforço coordenado, implementaram um conjunto de políticas monetárias expansionistas, de forma a suster os efeitos económicos dos confinamentos e, numa segunda fase, impulsionar a retoma económica.

Os bancos centrais foram globalmente bem sucedidos e a economia global registou uma notória recuperação, mas à entrada de 2022 mantinham-se as perturbações nas cadeias de fornecimento globais ainda decorrentes da pandemia Covid-19 (que se refletiram na escassez de matérias-primas e num forte aumento dos custos de transporte) às quais se adicionaram os constrangimentos decorrentes da guerra na Ucrânia. Esta conjugação acentuou as escaladas nos preços de bens e serviços que já se vinha a registar desde meados de 2021 e num subsequente descontrolo da inflação nas principais economias ocidentais.

Para responder a este acréscimo expressivo da inflação, as principais instituições de política monetária alteraram a sua retórica e assumiram uma postura agressiva para controlo do nível de preços: a 16 de março a Reserva Federal dos EUA (FED) subiu as taxas de juro de referência, pela primeira vez desde 2018, dando desde logo a entender que este seria apenas o início de um longo ciclo de aperto monetário. No conjunto do ano de 2022, a FED subiria as taxas diretoras por mais 6 vezes, num total de 425 pontos base. De notar que, na última reunião de 2022, Jerome Powell sinalizou que as taxas de referência deverão continuar a subir em 2023, para valores acima de 5%, reconhecendo serem necessárias mais evidências de que a tendência ascendente nos preços já sofreu efetivamente uma inversão, para este o ciclo de acréscimos termine. De igual forma, os números da inflação também forçaram o Banco Central Europeu (BCE) a atuar, embora mais tardiamente. Assim, a 21 de julho a instituição monetária aumentou a taxa de juro em 50 pontos base, o primeiro acréscimo em mais de dez anos. De notar que, ao longo de 2022, o BCE aumentou as taxas de referência por quatro vezes, num total de 250 pontos base – o aperto monetário mais rápido da instituição até à data. Mas FED e BCE não estiveram sozinhos na adoção de políticas monetárias crescentemente menos expansionistas / mais restritivas ao longo de 2022:

### A corrida para aumentar as taxas

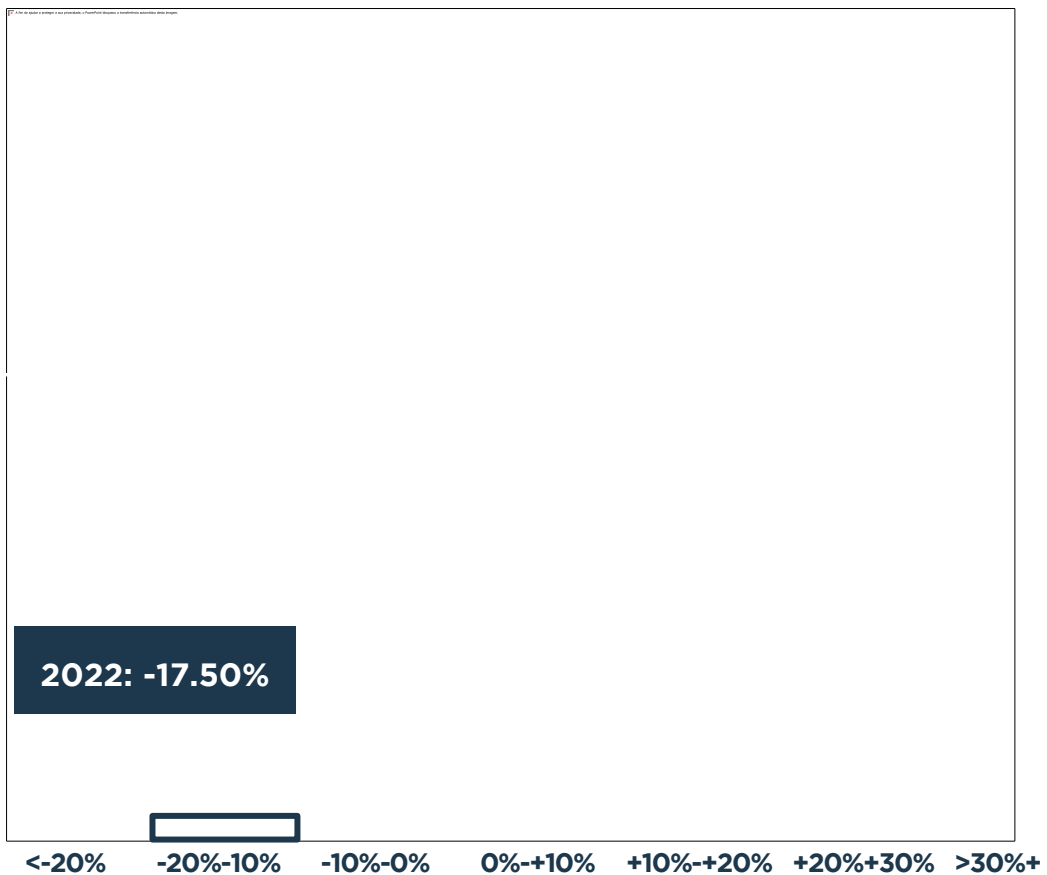
Mudança nas taxas diretoras pelos bancos centrais responsáveis pelas 10 moedas mais negociadas desde o início do ciclo de aumento de juros em setembro de 2021.



Fonte: Refinitiv Datastream | Reuters, Feb. 2, 2023 | By Vincent Flasseur

A postura dos bancos centrais, que continuaram sempre focados nas políticas de combate à inflação e sem dar qualquer sinal de recuo mesmo perante a possibilidade da entrada em recessão, acabou por influenciar negativamente o comportamento dos mercados financeiros ao longo de 2022. Com taxas de inflação em máximos de várias décadas e perante as perspetivas de desaceleração económica acentuada, o ano terminou com desvalorizações muito significativas dos principais mercados acionistas mundiais: na Europa, o Stoxx 600 registou uma queda superior a 10%, enquanto nos EUA, o Nasdaq 100 desvalorizou, aproximadamente, 30%, a queda anual mais significativa desde 2008, ano de falência da Lehman Brothers. Pior ainda foi a reação dos mercados obrigacionistas, particularmente no segmento do Tesouro, que registaram perdas sem paralelo em muitas décadas. Estas perdas muito significativas em simultâneo nos mercados acionistas e nos mercados obrigacionistas traduzem-se em que 2022 tenha sido um dos piores anos de sempre para os investidores de carteiras balanceadas:

**60/40 Portfolio S&P/US 10 Year Treasury  
(Retornos Totais, 1928-2022)**



## 2022 MERCADO POR ABRANDAMENTO ECONÓMICO

No decurso de 2022, a economia mundial foi fustigada por vários choques que atenuaram o ritmo de crescimento e continuarão a pesar sobre as perspetivas mundiais.

Na zona euro, a desaceleração da atividade económica em 2022 foi impulsionada pelo abrandamento da procura e pelo início de um ciclo de política monetária restritiva no início de 2022. Ainda assim, a flexibilização das restrições relacionadas com a pandemia e dos estrangulamentos na cadeia de abastecimento desde a primavera, juntamente com a queda dos preços dos produtos energéticos, apoiou, em parte, a atividade da região, evitando abrandamentos mais significativos. No conjunto do ano, o produto interno bruto (PIB) da zona euro cresceu 3.4%, suportado sobretudo por um mercado de trabalho robusto (a taxa de desemprego permanece nos 6.6%, próxima do nível mais baixo desde 1998) e níveis elevados de poupanças acumuladas pelas famílias durante a pandemia. Acresce mencionar que, no ano, as pressões sobre os preços continuaram elevadas, num contexto de procura ainda relativamente robusta e de manutenção de preços altos no segmento de produtos alimentares. Ainda assim, espera-se que estas pressões continuem a diminuir, de forma gradual, com a estabilização dos mercados de matérias-primas e o enfraquecimento do crescimento. De notar que, após o pico registado em outubro, a inflação recuou, em dezembro, para 9.2%, principalmente na sequência da menor inflação dos preços dos produtos energéticos. Para 2023, não obstante a manutenção dos atuais desafios à evolução da atividade económica da área do euro, espera-se uma contração da atividade relativamente curta e superficial, limitada pela atual resiliência do mercado de trabalho e medidas orçamentais adicionais para amortecer o impacto da subida dos preços dos produtos energéticos nos consumidores e nas empresas, no curto prazo.

Nos EUA, após dois trimestres de contração moderada, a economia regressou ao crescimento, mas a procura interna subjacente permaneceu fraca. No ano, a economia norte-americana expandiu 2.1%, um valor que representa menos de metade da leitura de 5,9% do ano de 2021. Numa análise prospetiva, antecipa-se que a procura interna permaneça moderada, uma vez que a inflação elevada e as condições financeiras mais restritivas continuam a reduzir o rendimento disponível real das famílias e a restringir o consumo privado, enquanto uma queda acentuada do início da construção de novas habitações associada a uma menor acessibilidade dos preços da habitação e à subida das taxas hipotecárias deverá pesar sobre o investimento residencial.

Em dezembro, a inflação abrandou mais do que o esperado, situando-se em 6.5%, mas espera-se que permaneça mais persistente em 2023 devido à pressão em sentido ascendente da inflação dos preços dos serviços (por exemplo, rendas elevadas).

### Últimas projeções de crescimento do World Economic Outlook

	Estimativas	Projeções	
	2022	2023	2024
(real GDP, annual percent change)			
World Output	3.4	2.9	3.1
Advanced Economies	2.7	1.2	1.4
United States	2.0	1.4	1.0
Euro Area	3.5	0.7	1.6
Germany	1.9	0.1	1.4
France	2.6	0.7	1.6
Italy	3.9	0.6	0.9
Spain	5.2	1.1	2.4
Japan	1.4	1.8	0.9
United Kingdom	4.1	-0.6	0.9
Canada	3.5	1.5	1.5
Other Advanced Economies	2.8	2.0	2.4
Emerging Market and Developing Economies	3.9	4.0	4.2
Emerging and Developing Asia	4.3	5.3	5.2
China	3.0	5.2	4.5
India	6.8	6.1	6.8
Emerging and Developing Europe	0.7	1.5	2.6
Russia	-2.2	0.3	2.1
Latin America and the Caribbean	3.9	1.8	2.1
Brazil	3.1	1.2	1.5
Mexico	3.1	1.7	1.6
Middle East and Central Asia	5.3	3.2	3.7
Saudi Arabia	8.7	2.6	3.4
Sub-Saharan Africa	3.8	3.8	4.1
Nigeria	3.0	3.2	2.9
South Africa	2.6	1.2	1.3
Memorandum Emerging Market and Middle-Income Economies	3.8	4.0	4.1
Low-Income Developing Countries	4.9	4.9	5.6

Fonte: IMF, World Economic Outlook Update, Janeiro 2023

Nota: Para a Índia, os dados e previsões são apresentados com base no ano fiscal, com o FY 2022/23 (iniciando em abril de 2022) mostrado na coluna de 2022. As projeções de crescimento da Índia são de 5,4% em 2023 e 6,8% em 2024, com base nessas informações.

## POLÍTICA INTERNACIONAL

No Reino Unido, Boris Johnson demitiu-se da liderança do governo britânico e do partido conservador lançando o país numa das maiores crises políticas das últimas décadas. Seguiu-se Liz Truss, que permaneceu no cargo apenas 45 dias.

A 24 de outubro, Rishi Sunak foi o escolhido pelos deputados partido conservador como único candidato para suceder a Truss e assumir o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido, num período particularmente desafiante para o país: nos últimos meses, tem-se assistido a um enfraquecimento das perspetivas para a atividade económica, num contexto em que a elevada inflação, as condições financeiras restritivas, o aumento do custo dos empréstimos hipotecários e a consequente debilidade do mercado imobiliário, estão a travar o consumo e o investimento privado de forma significativa. Em 2022, a economia do Reino Unido cresceu 4%, desacelerando após um crescimento de 7.6% em 2021, mas evitando, ainda assim, uma recessão técnica.

Paralelamente, a manutenção das pressões salariais está a contribuir para a persistência da inflação interna, com as pressões nos níveis de preços a demonstrarem-se mais resistentes do que o inicialmente esperado pelas autoridades políticas e monetárias. Nesse sentido, o Banco de Inglaterra (BoE) continua a acompanhar de perto os dados de inflação, a par do crescimento dos salários, as duas mais importantes variáveis para a definição do curso da política monetária. Em 2022, o BoE aumentou a taxa de juro de referência por 7 vezes, num total de 350 pontos base, mantendo, para 2023, uma atitude hawkish na contenção das pressões inflacionistas, o que se deverá traduzir numa política monetária restritiva, pelo menos na primeira metade do ano.

## **CHINA**

A primeira metade do ano, na China, foi marcada por inúmeras vagas de infeções por Covid-19, o que levou as autoridades políticas do país a estenderem as rígidas medidas de contenção da doença, com impactos negativos na evolução económica e no dinamismo do mercado interno.

Contudo, em dezembro, o governo chinês inverteu inesperadamente a sua política de “Covid Zero” e levantou a maior parte das restrições associadas à pandemia.

Adicionalmente, as políticas de apoio anunciadas pelo governo do país, no final de 2022, estão a revelar-se na resiliência do investimento em infraestruturas e no crescimento do crédito. De notar, ainda, que o Banco Central da China permanece comprometido com a adoção de medidas que promovam a recuperação económica em 2023, anunciando que trabalhará no sentido de reduzir os custos de financiamento de famílias e empresas, ajudando a expandir o consumo. Assim, e ainda que se espere que, numa primeira fase, o impulso da reabertura da economia seja ligeiro, com a melhoria do sentimento dos consumidores e dada a expectativa de que se assista a uma rápida recuperação do consumo interno, durante o primeiro semestre deste ano, o ano de 2023 deverá ser marcado por uma significativa aceleração do crescimento da economia chinesa, depois de em 2022 o PIB do país ter abrandado para 3%, ficando aquém da meta de 5.5% definida pelas autoridades de Pequim.

## **PORTUGAL**

A economia portuguesa enfrentou vários desafios durante 2022, incluindo, nos primeiros meses do ano, a crise pandémica Covid-19, que obrigou a manutenção de algumas medidas de confinamento da população, e a incerteza política, num ano marcado por eleições legislativas antecipadas.

No aspeto político, a 30 de janeiro, o PS vence as eleições legislativas com maioria absoluta. Rui Rio anuncia a sua saída do PSD e o CDS deixa de ter representação parlamentar. Contudo, aos longo de quase nove meses de governação, sucederam-se os casos e polémicas, todos gerados dentro do próprio Executivo.

Do ponto de vista económico, no conjunto de 2022, o PIB de Portugal registou um crescimento de 6.7%, o mais expressivo desde 1987, impulsionado pela aceleração do consumo privado e pela resiliência demonstrada pelo mercado laboral: em 2022, a taxa de desemprego ascendeu a 6%, evidenciando uma queda face ao ano anterior. De notar que o setor do turismo, um dos principais pilares da economia portuguesa, apresentou uma recuperação expressiva durante o ano: No conjunto do ano (dados preliminares), os proveitos do setor do alojamento turístico cresceram 115%, em resultado de um crescimento de mais de 80% no número de hóspedes e no número de dormidas.

Por fim, uma nota para o setor imobiliário que, em 2022, se manteve dinâmico, com o crescimento das transações imobiliárias a comprovar a resiliência do setor, mesmo num cenário de incerteza e de muitos desafios.

De notar que, mesmo num cenário de aumento da inflação e de subida significativa nas taxas de juro, com impactos diretos no custo de vida das famílias e no seu rendimento disponível, a procura por habitação permaneceu robusta, superando inclusive os níveis de oferta existente, sobretudo nos principais centros urbanos. Os preços das casas em Portugal continuaram a subir e os dados mais recentes (da Confidencial Imobiliário) revelam que, em 2022, as casas à venda ficaram quase 19% mais caras, face ano anterior (registando, assim, o maior aumento desde 1991).

Em 2023, dada a subida dos juros nos empréstimos da casa, e devida ao menor poder de compra devido à alta inflação que se faz sentir, a procura de casas poderá enfraquecer e, por conseguinte, abrir caminho para uma ligeira correção no crescimento dos preços e do número de transações.

# Governance

## 1. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO

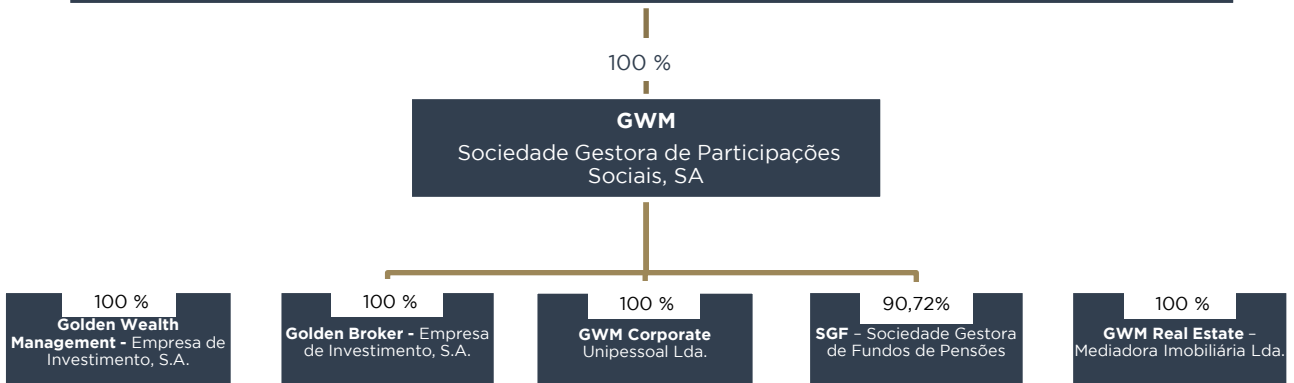
No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas principais, Golden Wealth Management – SGPS, S.A. (“GWM”), Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Broker”), Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Wealth Management”) e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”). Além disso, existem 2 empresas que complementam o leque de serviços disponíveis, que são a Golden Wealth Management Real Estate, Mediadora Imobiliárias, Unipessoal, Lda. e a Golden

Wealth Management Corporate Unipessoal, Lda.

Em final de 2022, depois de obtida a devida autorização do supervisor, há a assinalar que o capital social da SGF passou a ser detido a 90,72% pela holding, tendo sido incorporado nesta última a sociedade gestora de fundos de pensões Previsão, entretanto adquirida pela holding.

**No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:**

Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	52,80%
BAOBÁ – Investimentos Lda. (de António José Nunes da Silva)	20,00%
Goalshare, Lda. (de Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho)	8,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	8,00%
MZS – Participações, Imóveis e Serviços Lda. (de Alfredo Manuel Pinto Menezes)	1,60%
Grups, S.A. (de Joaquim Pedro Almeida Costa)	9,6%



A GWM SGPS funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Wealth Management, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros, e pela SGF, respetivamente gestão de fundos de pensões. A seguir, detalha-se a estrutura orgânica da GWM SGPS, Golden Wealth Management e da Golden Broker, sendo que para o detalhe da SGF deverá ser consultado o respetivo Relatório & Contas.

A GWM SGPS, Golden Wealth Management e Golden Broker têm o seu capital social integralmente subscrito e realizado, representado ações nominativas tituladas ou escriturais cada uma com o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Wealth Management, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e GWM, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

A Golden Wealth Management e a Golden Broker são consideradas empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”).

A SGF está autorizada, registada e supervisionada pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

De acordo com a lei, a Golden Wealth Management e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

## 2. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES/COMITÉS

A GWM SGPS (GWM), a Golden Wealth Management e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (no caso da GWM, Fiscal Único). O mandato dos órgãos sociais é de 4 anos e simultâneo.

### 2.1. ASSEMBLEIA GERAL

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Wealth Management está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na GWM não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dra. Mariana da Silva Esteves).

### 2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Wealth Management e da GWM, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no Código dos Valores Mobiliários que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo Código dos Valores Mobiliários, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

**Os membros do Conselho de Administração são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:**

**António Nunes Da Silva**

Presidente do Conselho de Administração

Desde 2017

Administrador não executivo da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Desde 2016

Presidente do Conselho de Administração das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 – Barclays Bank

- 2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
- 2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
- 2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal
- 2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 – Banco Comercial Português

- Diretor

1991-2001 – Banco Pinto & Sottomayor

- 1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional
- 1991-1995 Diretor de Agência

**Sérgio Silva**

Administrador

Desde 2000

Chief Investment Officer da Golden Wealth Management

Desde 2013

Administrador das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2007 - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG),

Professor Auxiliar Convidado na disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006 - Bolseiro FCT

2000-2006 - Universidade Portucalense – Infante D. Henrique

Professor Auxiliar Convidado (Departamento de Economia), nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

2001-2006 - Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG)  
Professor Adjunto convidado, na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

### **João Correia De Matos**

Administrador

Desde 2003

Chief Legal Officer e Administrador das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013 - PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

Administrador no Conselho de Administração

2005-2013 - InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A

Administrador no Conselho de Administração

2003-2005 - Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A

Vogal da Direção

1998-2002 - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa

2000-2002 - European Central Securities Depositories Association

Auditor e depois Vice-Presidente

1995-1998 - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Vogal do Conselho Diretivo

1988-1995 - Bolsa de Valores do Porto (BVP)

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações

### **2.3. CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal tem um mandato de duração idêntico ao dos restantes órgãos sociais, e os seus membros (Presidente, dois vogais, idênticos e um Suplente), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

**Pedro Pimentel**

Presidente do Conselho Fiscal

Desde 2003 -AESE

Membro da Direção e CFO, responsável pelas atividades no Porto e pela relação com a ASM (Angola School of Management - Angola)

2015-2019 - BCG

Administrador Independente; Presidente da Comissão de Risco.

2013-2016 - Caixa Geral de Depósitos, SA

Vogal, não executivo, do Conselho de Administração; Membro da Comissão de Risco.

1997-2002 - PRIME - Consultores de Empresas

Diretor Geral

Cargos Académicos:

- Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)
- Membro do Comité para MBA Executivo do EFMD.
- Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)
- Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

1997 - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Doutoramento em Economia

1987 - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Mestrado em Engenharia Estrutural

1983 - Escola Técnica Superior de Engenheiros Aeronáuticos da Universidade

Politécnica de Madrid

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica

**André Miranda**

Vogal do Conselho Fiscal

Desde 2018 - Pinto Ribeiro, Miranda, André, Antunes & Associados - Sociedade de Advogados SPRL

Sócio fundador e administrador.

2013-2018

Fundador da André, Miranda e Associados, da qual foi sócio administrador

2011-2013

Advocacia em prática individual.

2010-2011 - Ministério da Justiça

Diretor na Direção-Geral da Política de Justiça, com responsabilidade pela direção e coordenação do Planeamento Legislativo do Ministério da Justiça e das Estatísticas da Justiça.

2005-2010 - Ministério dos Assuntos Parlamentares  
Chefe do Gabinete do XVIII Governo Constitucional e adjunto e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional

Desde 2005 - Ordem dos Advogados

2003-2008 - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa  
Licenciatura e Mestrado em Direito

Outros cargos

- É membro da International Bar Association (IBA).
- É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

### **Maria Do Céu Godinho**

Vogal do Conselho Fiscal

ROC inscrito na OROC com o nº 1420 e na CMVM com o nº 20161030  
Contabilista Certificado inscrito na OCC com o nº 3278

Desde 2010

Partner da Mc Godinho & Associados, SROC, Lda.

Desde 2014

Consultor financeiro e fiscal na sociedade de advogados MBS Advogados

De 2007-2010

Manager da Auren Auditores Associados, SROC, S.A.

De 1996-2007

Exercício de funções de auditoria nem como de contabilista certificado em várias sociedades

Licenciatura em Auditoria pelo IPA, Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo ISCAL, Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa;  
Pós-Graduação em Contencioso Administrativo e Fiscal, Pós-Graduação em Fiscalidade, Pós-Graduação em Corporate Finance, todas pela Faculdade de Direito de Lisboa

### **Paulo Magalhães E Silva**

Suplente do Conselho Fiscal

Desde 2002 - Magalhães e Silva, Velloso Ferreira, Brochado e Associados

Advogado da sociedade de advogados desde a constituição em 2002, de que foi fundador e é sócio administrador.

Desde 1990 - Ordem dos Advogados

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Portucalense Infante D. Henrique

## 2.4. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é a Luís Miguel Damas & Associados - SROC, Lda. (membro da Allinial), representada por Luís Miguel Damas, tendo como suplente José Carlos Nogueira Faria e Matos

## 2.5. COMISSÕES / COMITÉS

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

### a. Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Wealth Management e na Golden Broker, a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), o qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2016.

Os membros dos órgãos os sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Conselho Fiscal, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. A CSAR é composta por 3 membros, respetivamente o Presidente, Pedro Quintela (independente), e dois vogais, Fernando Pereira e Alfredo Pinto Menezes (ambos acionistas) e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa.

A CSAR tem as seguintes competências:

- a) Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;
- d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

**b. Comitê de Investimentos**

Na Golden Wealth Management e na Golden Broker existe o Comitê de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado "Termos de Referência". O Comitê de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – Chief Investment Officer) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Comitê de Riscos Globais e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comitê com a melhor informação disponível, o Comitê de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comitê de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2022, o acompanhamento dos mercados pelo Comitê de Investimentos motivou a realização de 104 reuniões.

O Comitê de Investimentos tem as seguintes competências:

- a) Analisar e discutir os dados macroeconômicos;
- b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;
- c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respectivos benchmarks;
- d) Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;
- e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;
- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respectivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respectivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

### 3. COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro.

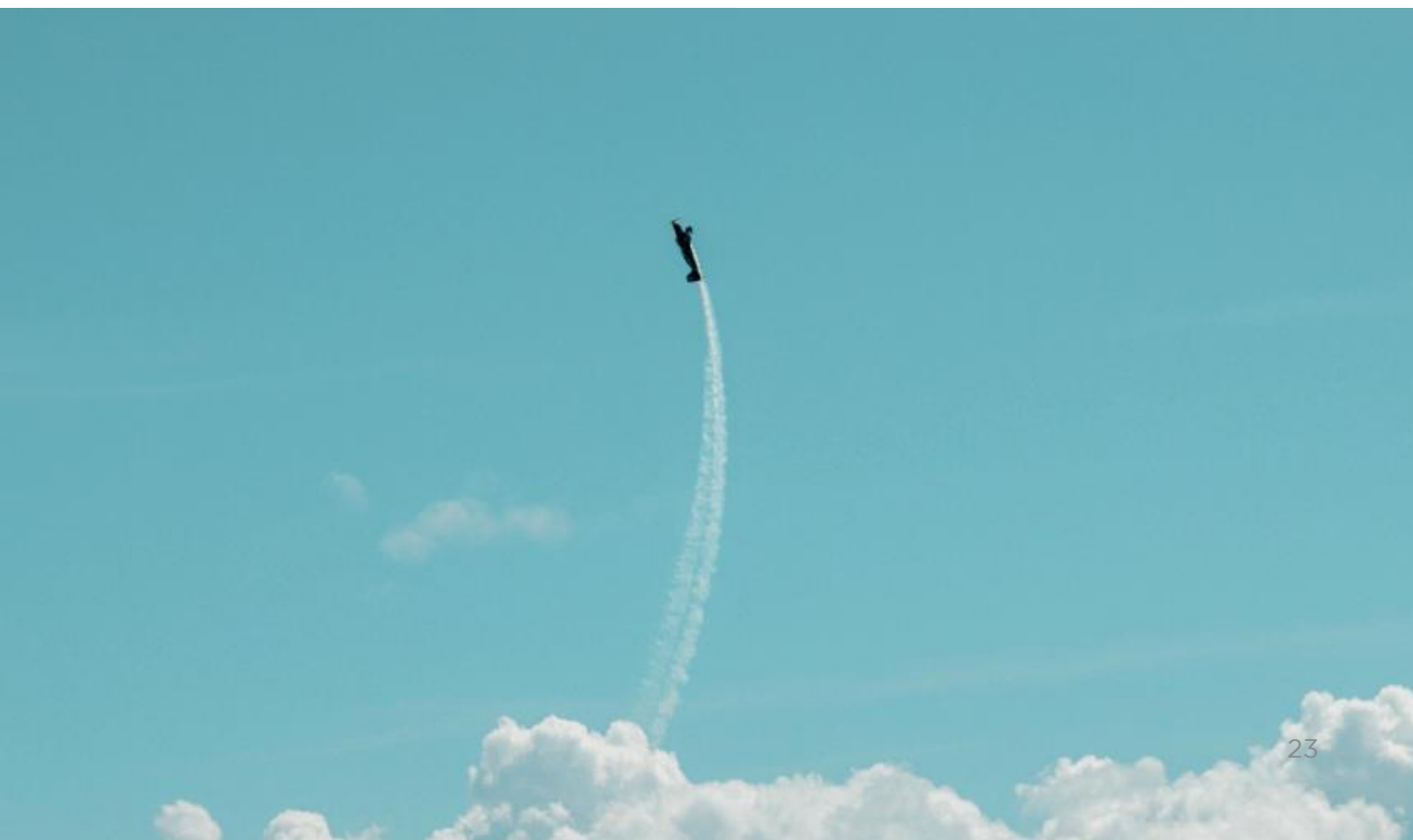
Neste âmbito, a Golden Wealth Management e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

# Atividade

A Golden Wealth Management –SGPS, S.A. continua a exibir uma estrutura financeira sólida já que termina o ano de 2022 com um rácio de fundos próprios totais de 49,61% muito superior ao mínimo exigido (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2022 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Wealth Management –SGPS, S.A. eram de 208.232 Euros, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.291.212,13 Euros, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.082.980,13 Euros.



# Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a aplicação do resultado líquido de 589.887,85 Euros da seguinte forma: Euros 29.494,39 para Reserva Legal, 100.000 Euros para distribuição de dividendos e 460.393,46 para Resultados Transitados.

# Demonstrações Financeiras

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SGPS, S.A.

BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Valor antes provisões	Ano 2	Valor líquido 3=1-2	Ano anterior (31-12-2021)	Notas	Ano	Ano anterior (31-12-2021)
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	19 666	-	19 666	70 097	6	-	15 377
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	-	-	-	-	7	282 000	0
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	100 000	-	100 000	100 000	7	414 021	600 614
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-		<b>696 021</b>	<b>615 991</b>
Outros ativos tangíveis	5	7 004	7 004	-	-	8	1 258 750	1 258 750
Ativos intangíveis	5	-	-	-	-	9	-	-
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos		2 928 635	-	2 928 635	2 389 485		-	-
Outros ativos	7	201 947	-	201 947	20 748	10	705 589	737 56
<b>Total de Activo</b>		<b>3 257 252</b>	<b>7 004</b>	<b>3 250 248</b>	<b>2 580 330</b>	10	<b>589 888</b>	<b>(31 567)</b>
							<b>2 554 227</b>	<b>1 964 339</b>
							<b>3 250 248</b>	<b>2 580 330</b>
<b>Passivo</b>								
Passivo por impostos correntes								
Outros passivos subordinados								
Outros passivos								
<b>Total de Passivo</b>							<b>696 021</b>	<b>615 991</b>
<b>Capital</b>								
Capital								
Outros instrumentos de capital								
Outras reservas e resultados transitados								
Resultado do exercício								
<b>Total de Capital</b>							<b>2 554 227</b>	<b>1 964 339</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>							<b>3 250 248</b>	<b>2 580 330</b>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT – SGPS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E  
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	14	-	-
Juros e encargos similares		(1 585)	-
<b>Margem financeira</b>		<b>(1 585)</b>	<b>-</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		605 700	-
Encargos com serviços e comissões	16	(11 812)	(23 476)
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>			(1 086)
Outros resultados de exploração		10 529	(575)
<b>Produto bancário</b>		<b>602 832</b>	<b>(25 119)</b>
Gastos gerais e administrativos	15	(12 944)	(6 448)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>589 888</b>	<b>(31 567)</b>
Impostos			
Correntes			
<b>Resultado após impostos</b>		<b>589 888</b>	<b>(31 567)</b>
Resultado por ação			
Básico	18	2,34	(0,13)
Diluído		2,34	(0,13)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT – SGPS, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS  
INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2022	Ano anterior (31-12-2021)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		589 888	(31 567)
<b>Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda</b>		0	0
<b>Rendimento integral do exercício</b>		589 888	(31 567)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SGPS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>		500 000	5 000	568 689	168 467	1 242 156
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	0
Conversão de prestações suplementares		165 000	(5 000)	-	-	160 000
Entrega de ações da GWM EI S.A.		593 750	0	0	0	593 750
Aplicação do resultado do exercício de 2020		-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	168 467	(168 467)	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021		-	-	-	(31 567)	(31 567)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		1 258 750	0	737 156	(31 567)	1 964 339
<b>Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda</b>		-	-	-	-	-
Conversão de prestações suplementares		-	-	-	-	-
Entrega de ações da GWM EI S.A.		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2020	10	-	-	(31 567)	31 567	-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	-	-
Distribuição dividendos 2022		-	-	-	589 888	589 888
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		1 258 750	-	705 589	589 888	2 554 227

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT – SGPS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

	31/12/2022	Ano anterior (31-12-2021)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	0	0
Juros, comissões e encargos similares pagos	(1 188)	(24 532)
Pagamentos ao pessoal		
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(12 918)	63 138
Resultados de reavaliação cambial		
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(21 213)	(8 599)
<b>Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais</b>	<b>(35 319)</b>	<b>30 007</b>
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda		(100 000)
Aplicações em instituições de crédito		
Outros ativos		
<b>Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais</b>		<b>(100 000)</b>
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos		
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		
<b>Fluxo das atividades operacionais (1)</b>	<b>(35 319)</b>	<b>(69 993)</b>
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) investimentos em filiais e associadas	(2 128 281)	(225 000)
<b>Fluxo das atividades de investimento (2)</b>	<b>(2 128 281)</b>	<b>(225 000)</b>
Atividades de Financiamento:		
Diminuições/(aumentos) financiamentos de acionistas	282 000	0
Diminuições/(aumentos) empréstimos a filiais e associadas	(3 500)	147 000
Realizações/Reduções de Capital e outros instrumentos de capital próprio	1 360 850	0
Recebimento de dividendos	473 819	200 000
<b>Fluxo das atividades de financiamento (3)</b>	<b>2 113 169</b>	<b>347 000</b>
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(50 431)	52 007
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	70 097	18 090
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	<b>19 666</b>	<b>70 097</b>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT – SGPS, S.A.  
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores Expressos em Euros)

## DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2022	2021
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19 666	70 097
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>19 666</b>	<b>70 097</b>
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	-	-
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>19 666</b>	<b>70 097</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam aplicações da Sociedade em instituições de crédito.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN WEALTH MANAGEMENT – Sociedade Gestora de Participações, S.A. (adiante designada “Sociedade”) foi constituída através da escritura pública celebrada a 25 de outubro de 2006, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económica. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

«As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro (IAS/IFRS), adiante designadas “NIC”, ao abrigo do determinado no artigo 4º - E do Regulamento da CMVM nº 1/2020, de 25 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.»

### 1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### a) Investimentos em filiais e associadas

A Sociedade detém participações financeiras em empresas filiais. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

Nas demonstrações financeiras da Sociedade, a participação de 100% na Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A., a participação de 100% na Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A., a participação de 100% na Golden Wealth Management Real Estate Lda., a participação de 100% na Golden Wealth Management Corporate, Lda. e a participação de 71,3% na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, estão valorizadas ao custo histórico.

Os dividendos das empresas filiais são reconhecidos nos resultados individuais da Sociedade na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

## **b) Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta rubrica inclui: i) títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito, ii) títulos de rendimento variável disponíveis para venda, e iii) suprimentos e prestações suplementares de capital em ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas

## **c) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de “software”, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de “software” são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

## **d) Impostos sobre lucros**

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

#### **e) Especialização de exercícios**

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### **f) Julgamentos e estimativas**

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### **g) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjustingevents”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjustingevents”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 2. Investimentos

Os investimentos em empresas filiais, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital, capitais próprios e resultado líquido a 31 de dezembro de 2022, são os seguintes:

Designação	Valor Balanço	Sede	Percentage m efetiva de capital	Capital Próprio		Resultado Líquido	
				2022	2021	2022	2021
Golden Broker	450 000	Porto	100%	1 296 626	966 173	462 334	146 534
GWM	696 250	Porto	100%	2 004 162	2 421 136	56 845	526 466
GWM Real Estate	4 000	Porto	100%	5 303	(2 795)	(2 508)	-3 601
GWM Corporate	3 000	Porto	100%	76 103	92 406	(16 302)	90 378
SGF	1 775 385	Lisboa	90,72%	1 625 351	1 276 183	48 802	279 115
<b>Total</b>	<b>2 928 635</b>			<b>5 007 545</b>	<b>4 753 103</b>	<b>549 171</b>	<b>1 038 892</b>

## 3. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, não mantínhamos qualquer saldo em aberto na rubrica “Investimentos em associadas excluídas de consolidação” uma vez que a participação no capital social da sociedade Golden Wealth Management –Empresa de Investimento, S.A., tendo sido reforçada para 100%, já durante o exercício de 2021, levou a reconhecer-la contabilisticamente na rubrica de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

## 4. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica compreende um investimento em fundos de capital de risco no valor de 100.000 Euros, que se enquadram no âmbito do SIFIDE II.

Estas despesas já foram objeto de certificação por parte da ANI (Comissão Técnica), e permitem fundamentar um crédito fiscal, no âmbito da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades, de 57.361 Euros relativos a atividades de investigação e desenvolvimento efetuadas no exercício de 2022.

## 5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos desta rubrica referem-se a depósitos à ordem mantidos junto de instituições de crédito nacionais.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica de “Ativos intangíveis” diz integralmente respeito a sistemas de tratamento automático de dados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento nos “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

<b>2021</b>					
<b>Ativo bruto</b>					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativo Bruto	7 004	-	-	-	7 004
Amortizações	(7 004)				(7 004)
Total	0	-	-	-	0

<b>2022</b>					
<b>Ativo bruto</b>					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativo Bruto	7 004	-	-	-	7 004
Amortizações	(7 004)				(7 004)
Total	0	-	-	-	0

## 7. Impostos

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que a filial da Sociedade regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais como uma conta a pagar à sociedade dominante. Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

**8. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Golden Broker - RETGS	24 585	15 377
IRC a recuperar	36 610	-
Golden Broker - Dividendos a receber	131 881	-
Golden Wealth Management Real Estate	6 287	4 287
Golden Wealth Management Corporate	2 584	1 084
<b>Total</b>	<b>201 947</b>	<b>20 748</b>

O saldo da rubrica “RETGS” diz respeito a uma conta a receber da Golden Broker relativa ao imposto estimado do exercício de 2021 e 2020 no âmbito do RETGS.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros passivos” tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Encargos a pagar	(2 153)	(2 153)
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares	0	0
Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários	(225 000)	(450 000)
Golden Broker	(150 000)	(150 000)
Outros fornecedores	(36 868)	1 539
<b>Total</b>	<b>(414 021)</b>	<b>(600 614)</b>

## 9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2022 e 2021 refere-se a empréstimos subordinados obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

## 10. CAPITAL

Em 2022, o capital da Sociedade foi aumentado para 251.750 ações nominativas, com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 2021, o capital da Sociedade estava representado por 251.750 ações nominativas, com o mesmo valor nominal.

## 11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta rubrica referia-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal. Em 2021, a Sociedade aumentou o seu capital social, em parte pela conversão destas prestações suplementares.

## 12. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Reserva legal	41 205	41 205
Resultados transitados	664 384	695 951
<b>Total</b>	<b>705 589</b>	<b>737 156</b>

A legislação vigente, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

## 13. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTO DE CAPITAL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Rendimentos de Instrumentos de capital” no valor de 605,700 Euros diz respeito a dividendos distribuídos pela Golden Broker, no valor de 131.881 Euros, bem como dividendos distribuídos pela Golden Wealth Management, no valor de 473.819 Euros, ambos respeitantes aos resultados de 2021. Tendo os dividendos da Golden Wealth Management sido pagos durante o exercício de 2022. O valor dos dividendos da Golden Broker ainda não tinha sido pago até final do exercício de 2022.

**14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES**

Nos exercícios de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Juros e Rendimentos similares” é nulo. Esta rubrica refere-se essencialmente a rendimentos de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

**15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Serviços especializados	(12 489)	(5 993)
Comunicações	(295)	(295)
Publicidade	(160)	(160)
Total	(12 944)	(6 448)

**16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica diz respeito ao custo com garantia bancária exigida pelo Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários em virtude da aquisição na sociedade SGF – Sociedade Gestora de Fundos, S.A.

**17. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AO FISCAL ÚNICO**

O Fiscal Único da Sociedade é Luís Miguel Damas & Associados, SROC, Lda, e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma remuneração de 2 152,50 Euros relativamente a serviços de revisão legal de contas.

**18. RESULTADOS POR AÇÃO**

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
RL	589 888	(31 567)
Nº ações	251 750	251 750
resultado por ação	2,34	-0,13

**19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de junho de 2023. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.



## **Golden Wealth Management – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Certificação Legal das Contas

31 de dezembro de 2022

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Golden Wealth Management – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (a “Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.250.248 euros e um total de capital próprio de 2.554.227 euros, incluindo um resultado líquido de 589.888 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Golden Wealth Management – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui, ainda, a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 30 de junho de 2023

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.  
representada por:



Luis Miguel Damas  
(ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)